Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.

CNPJ 76.717.040/0001-10

SulAmérica

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. Os pronunciamentos CPC 11 e CPC 48, que tratam, respectivamente, do reconhecimento contábil dos contratos de seguros e dos instrumentos financeiros, ainda não foram adotados pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Principais informações financeiras:

(R$ milhões)	2022	2021	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	295,1	215,3	37,0%
Eventos indenizáveis líquidos	-339,3	-184,8	-83,6%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-44,3	30,5	NA
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	4,8	4,4	7,6%
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	-5,4	-2,3	-135,1%
Outras despesas oper. de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora	-2,3	-2,8	16,4%
Resultado bruto	-47,2	29,9	NA
Resultado financeiro líquido	11,9	3,9	201,9%
Resultado patrimonial	0,5	0,3	87,3%
Resultado antes dos impostos e participações	-80,3	3,9	NA
Lucro Líquido	**-53,1**	**4,3**	**NA**

2. Comentário sobre o desempenho: A Companhia apresentou crescimento de 37,0% em receitas com contraprestações efetivas na comparação com o ano anterior, alcançando R$295,1 milhões em 2022. Os eventos indenizáveis líquidos somaram R$339,3 milhões no período, aumento de 83,6% frente a 2021. As receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde totalizaram R$4,8 milhões, aumento de 7,6% na comparação com 2021. Considerando principalmente o maior volume de sinistros no período e o menor resultado bruto, em 2022 a Companhia apresentou prejuízo líquido de R$53,1 milhões, frente a um lucro de R$4,3 milhões no exercício de 2021. **3. Distribuição do resultado:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2022. **4. Reorganizações societárias:** Em 23/02/2022, a Sul América S.A. ("SASA"), então controladora indireta da Companhia, e a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D'Or ("Protocolo e Justificação"), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or ("Operação"), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da incorporação ("Acionistas SASA"). A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio. A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes. Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D'Or. Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em 07/11/2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação. Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") aprovou, com restrições, o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D'Or, no contexto da Operação. Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do implemento das condições precedentes aplicáveis, autorizaram a imediata consumação da Operação. Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os Acionistas SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades anteriormente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA, como no caso desta Companhia. **5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **6. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2023.

A ADMINSTRAÇÃO.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante	–	151.202	87.831
Disponível	–	310	1.545
Realizável	–	150.892	86.286
Aplicações financeiras	5	120.363	69.329
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	120.324	45.021
Aplicações livres	–	39	24.307
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	14.800	7.085
Contraprestações pecuniárias a receber	6.1	12.320	5.760
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	2.480	1.325
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	–	156	140
Despesas diferidas	–	5.665	2.033
Créditos tributários e previdenciários	7	5.481	2.794
Bens e títulos a receber	8	4.427	4.906
Não circulante	–	123.462	64.110
Realizável a longo prazo	–	55.699	25.432
Créditos tributários e previdenciários	7	3.716	2.407
Ativo fiscal diferido	7	33.005	5.772
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	18.978	17.253
Investimentos	–	4	4
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	–	4	4
Participações societárias em rede assistencial	–	4	4
Imobilizado	9	53.407	23.838
Imóveis de uso próprio	–	15.920	16.437
Imóveis - não hospitalares/não odontológicos	–	15.920	16.437
Imobilizado de uso próprio	–	20.918	7.401
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos	–	1.387	1.423
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	–	7.929	5.978
Imobilizações em curso	–	1.480	–
Outras imobilizações	–	10.122	–
Direito de Uso de Arrendamentos	10	16.569	–
Intangível	11	14.352	14.836
Total do ativo		274.664	151.941

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante	–	130.036	60.632
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	108.587	47.186
Provisões de contraprestações	–	34.005	33
Provisão de insuficiência de prêmios	–	33.978	–
Provisão para remissão	–	27	33
Provisão de eventos a liquidar para SUS	–	6.213	8.255
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores.	–	44.709	28.635
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	–	23.660	10.263
Débitos de operações de assistência à saúde	–	6.330	3.443
Receita antecipada de contraprestações	–	173	–
Comercialização sobre operações	–	1.110	227
Operadoras de planos de assistência à saúde		104	156
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	4.943	3.060
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	36	–
Provisões	–	848	848
Provisões para IR e CSLL	–	848	848
Tributos e encargos sociais a recolher	–	2.738	2.531
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	–	865
Débitos diversos	16	11.497	5.758
Não circulante	–	34.549	24.167
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	5.281	5.026
Provisão para remissão	–	4	5
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	–	5.277	5.021
Provisões	14.2	18.476	17.253
Provisões para ações judiciais	–	18.271	17.253
Provisões para outras contingências	–	205	–
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	–	1.661
Débitos diversos	16	10.792	226
Patrimônio líquido	17	110.079	67.143
Capital social	–	147.327	51.306
Reservas	–	–	15.845
Reservas de lucros	–	–	15.845
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(8)	(8)
Prejuízos acumulados	–	(37.240)	–
Total do passivo		274.664	151.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Contraprestações efetivas	–	295.065	215.313
Receitas com operações de assistência à saúde	–	299.608	223.162
Contraprestações líquidas	–	333.578	223.134
Variação das provisões técnicas	–	(33.970)	28
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	–	(4.543)	(7.849)
Eventos indenizáveis líquidos	–	(339.332)	(184.833)
Eventos conhecidos ou avisados	18.1	(325.935)	(183.241)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	–	(13.397)	(1.592)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	–	(44.267)	30.481
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	–	22	15
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	4.785	4.448
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	–	3.769	3.151
Receitas com operações de assistência odontológica	–	14	3
Outras receitas operacionais	–	1.002	1.295
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	18.2	(5.421)	(2.306)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	–	(1.969)	(541)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	–	(1.075)	(929)
Provisão para perdas sobre créditos	–	(2.377)	(836)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	18.2	(2.315)	(2.768)
Resultado bruto	–	(47.196)	29.871
Despesas de comercialização	18.3	(16.002)	(4.301)
Despesas administrativas	18.4	(29.551)	(25.862)
Resultado financeiro líquido	18.5	11.910	3.945
Receitas financeiras	–	16.021	5.241
Despesas financeiras	–	(4.111)	(1.296)
Resultado patrimonial	–	522	279
Receitas patrimoniais	–	522	279
Resultado antes dos impostos e participações	–	(80.317)	3.931
Imposto de renda	18.6	–	(1.468)
Contribuição social	18.6	–	(539)
Impostos diferidos	18.6	27.232	2.375
Resultado líquido	–	(53.085)	4.299
Quantidade de ações		38.259.479	13.093.356
Resultado líquido por lote de mil ações - R$		(1.387,50)	328,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(em milhares de reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	(53.085)	4.299
Componentes do resultado abrangente	–	–
Resultado abrangente do exercício	(53.085)	4.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01/01/2021	35.200	862	11.705	12.567	(8)	–	47.759
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R$1.706, conforme AGOE do dia 12/04/2021, à razão de R$5,19 por ação	1.706	–	–	–	–	–	1.706
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R$14.400, conforme AGE do dia 29/06/2021, à razão de R$5,19 por ação	14.400	–	–	–	–	–	14.400
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	4.299	4.299
Proposta da destinação do resultado:				–			
Reserva legal	–	215	–	215	–	(215)	–
Reserva de Retenção de Lucros	–	–	3.063	3.063	–	(3.063)	–
Dividendos mínimos obrigatórios na proporção de R$77,98 (em reais) por lote de mil ações	–	–	–	–	–	(1.021)	(1.021)
Saldos em 31/12/2021	51.306	1.077	14.768	15.845	(8)	–	67.143
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R$15.000, conforme AGE do dia 30/03/2022, à razão de R$4,49 por ação	15.000	–	–	–	–	–	15.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R$15.000, conforme AGE do dia 29/04/2022, à razão de R$4,25 por ação	15.000	–	–	–	–	–	15.000
Aumento de capital com dividendos obrigatórios, no montante de R$1.021, conforme AGE do dia 26/05/2022, à razão de R$3,94 por ação	1.021	–	–	–	–	–	1.021
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R$30.000, conforme AGE do dia 26/05/2022, à razão de R$3,94 por ação	30.000	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R$35.000, conforme AGE do dia 26/08/2022, à razão de R$3,36 por ação	35.000	–	–	–	–	–	35.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(53.085)	(53.085)
Proposta da destinação do resultado:				–			–
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	–	–	(14.768)	(14.768)	–	14.768	–
Compensação de prejuízos com reserva legal	–	(1.077)	–	(1.077)	–	1.077	–
Saldos em 31/12/2022	147.327	–	–	–	(8)	(37.240)	110.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	349.672	233.897
Resgate de aplicações financeiras	201.030	79.398
Outros recebimentos operacionais	3.840	6.541
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(257.927)	(138.407)
Pagamento de comissões	(14.308)	(6.236)
Pagamento de pessoal	(22.776)	(14.133)
Pagamento de Pró-Labore	(856)	(358)
Pagamento de serviços terceiros	(15.427)	(13.008)
Pagamento de tributos	(23.256)	(20.907)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/ tributárias)	(67)	(57)
Pagamento de aluguel	(1.720)	(9.309)
Pagamento de promoção/publicidade	(2.205)	(793)
Aplicações financeiras	(219.588)	(67.400)
Outros pagamentos operacionais	(75.400)	(41.117)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(78.988)	8.111
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(193)	(1.813)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(6.963)	(6.022)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(1.015)	(14.504)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(201)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(8.372)	(22.339)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	95.000	14.400
Outros recebimentos das atividades de financiamento	44	81
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(1.774)	(113)
Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/ leasing	(7.075)	(485)
Outros pagamentos da atividade de financiamento	(70)	(203)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	86.125	13.680
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1.235)	(548)
Caixa - Saldo inicial	1.545	2.093
Caixa - Saldo final	310	1.545
Ativos livres no início do período	24.307	21.760
Ativos livres no final do período	6.085	24.307
Aumento/redução nas aplicações financeiras - recursos livres	(17.502)	2.547

continuação

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B423-3CC0-64EA-1837.

continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Curitiba, na Avenida Getúlio Vargas, nº 3201, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação coletiva empresarial e por adesão sob o registro ANS nº 35.014-1. A Companhia tem como acionista a Sul América Serviços de Saúde S.A. (SULAMED), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or). A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 27/03/2023, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). **1.1. Associação Sul América S.A. (SASA) e Rede D'Or:** Em 23/02/2022, a SASA, então controladora indireta da Companhia, e a Rede D'Or informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D'Or (Protocolo e Justificação), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or (Operação), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da Incorporação (Acionistas SASA). A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio. A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes. Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D'Or. Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em 07/11/2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação. Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D'Or, no contexto da Operação, com restrições, que incluem: • Abstenção de representante da Rede D'Or no Conselho de Administração da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp) em voto de deliberação exclusivas de assuntos das operadoras do Grupo SulAmérica; • Não comercialização exclusiva pela Qualicorp dos produtos do Grupo SulAmérica e nem dos produtos do Grupo SulAmérica exclusivamente pela Qualicorp; • Realização de medidas de saneamento econômico-financeira de controlada do grupo; e • Monitoramento da Operação por 2 anos a partir da data de sua aprovação. Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do implemento das condições precedentes aplicáveis, autorizaram a imediata consumação da Operação. Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os Acionistas SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA, como no caso desta Companhia. **1.2. Análise de impactos trazidos pela COVID-19:** A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11/03/2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial. No Brasil, em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como restrições à circulação de pessoas, quarentena de pessoas que transitam por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Em 22/04/2022 o Ministério da Saúde declarou fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela COVID-19. O Ministério da Saúde considerou a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS), a melhora no cenário epidemiológico no país e o avanço da campanha de vacinação. O Brasil registra queda de mais de 80% na média móvel de casos e óbitos pela COVID-19, em comparação com o pico de casos originados pela variante Ômicron, no começo deste ano. Os critérios epidemiológicos, com parecer das áreas técnicas, indicam que o país não está mais em situação de emergência de saúde pública nacional. A Administração avalia ainda que a posição de caixa, equivalentes e títulos e valores mobiliários, em 31/12/2022 é suficiente para atender aos eventuais compromissos financeiros como as necessidades adicionais que possam surgir em decorrência em virtude da pandemia. Ademais, aplicando ao nosso mercado as projeções de demanda a serem atendidas divulgadas pelo Ministério da Saúde, a Companhia julga ser capaz de atender esta demanda sem maiores riscos operacionais, assim como tem feito no curso da pandemia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. Os pronunciamentos CPC 11 e CPC 48, que tratam respectivamente, do reconhecimento contábil dos contratos de seguros e dos instrumentos financeiros, ainda não foram adotados pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/03/2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico - com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratam de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de angariação são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 12 meses de permanência dos segurados na carteira; e • Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, e pelos custos de atendimentos realizados pela rede própria para cobertura dos planos de assistência à saúde. Parte dessas faturas não é apresentada dentro do período da sua competência, porém, estes eventos são registrados mediante constituição de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses contados a partir da data-base das demonstrações financeiras são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da SulAmérica. **3.2.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, exceto para terrenos. **3.5. Intangíveis: 3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável: 3.6.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **3.6.2. Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2022 e 2021, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. **3.7. Arrendamento:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Direito de uso de arrendamento", no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nos eventos indenizáveis líquidos e nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos nos eventos indenizáveis líquidos e diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.9.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.9.2. Provisão de sinistro a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada das despesas diretamente relacionadas (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), calculada com base nos avisos de eventos. **3.9.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada a partir de um fator de atraso, determinado trimestralmente, em função da média dos eventos indenizáveis dos últimos 3 meses. O fator é obtido através de um triângulo de run-off mensal, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses. **3.9.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.9.5. Provisão de insuficiência de contraprestação / Prêmio (PIC)** A PIC deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes são insuficientes para a cobertura das despesas com a operação de planos de saúde. Conforme metodologia padrão definida pela ANS em sua regulamentação, para apuração da PIC utiliza-se uma avaliação retrospectiva do Índice Combinado para estimar os valores do período seguinte de vigência do risco. **3.10. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT):** Seguindo a exigência da RN nº 435/2018, realizamos o Teste de Adequação de Passivo, para as demonstrações financeiras do exercício de 2022. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua BR-EMS 2021 e para as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para as modalidades (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas, o resultado do LAT demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do LAT apresentou insuficiência de R$4.752 (R$3.830 em 2021), entretanto sendo compensada com as demais modalidades, não havendo necessidade de constituição de provisão adicional. **3.11. Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.11.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos.A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,58% ao ano (10,79% em 2021). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.11.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.12. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.13. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 7); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 14). **3.14. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.14.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e/ou revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.** • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (Alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos onerosos - Custo de cumprir um contrato (Alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022. **A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022.** • IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamentos Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela ANS em 1º de janeiro de 2022. O modelo exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamento, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidos nos eventos indenizáveis líquidos e nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções previstas no CPC 06 (R2). Na transição para a aplicação da norma, a Companhia reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direto de uso dos ativos identificados conforme definição de contrato de arrendamento prevista na IFRS 16/CPC 06 (R2). A Companhia aplicou a norma em 1º de janeiro de 2022, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Em virtude de optarmos pela mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso com base nos pagamentos de arrendamento remanescentes ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto incremental de captação sobre o passivo financeiro do arrendatário, previsto no respectivo CPC, não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2022. Em 31/12/2022, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seu arrendamento operacional do aluguel do CIM Água Verde, registrado nas rubricas "Direito de uso de arrendamento" no ativo não circulante, e "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos da Companhia no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis, descontados a valor presente, reconhecidos a partir de 01/01/2022, totalizavam R$13.013. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.** A seguinte norma e interpretação não deverá ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2023. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023 – A ANS ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (Alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e • Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (Alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **3.14.2. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):** A Resolução Normativa nº 472, que revoga a RN nº 435/2018, foi emitida pela ANS em 29/09/2021, com início de vigência em 01/01/2022, e delibera sobre plano de contas e divulgação em geral. Em 29/04/2022, a Resolução Normativa nº 472/2021 foi revogada pela Resolução Normativa nº 528, com início de vigência em 01/06/2022, e delibera sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios. A Companhia analisou a norma e constatou que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais

continuação

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B423-3CC0-64EA-1837.

continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio e à Assembleia de Acionistas, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente à Assembleia de Acionistas o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está sujeita. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais (incluindo risco de compliance). As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** A Companhia concentra seus negócios especificamente na região Sul. **4.2. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: •Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira. Permanentemente, a área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Testes de Estresse (Stress Test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2022 e 2021: **Alocacão dos investimentos.**

Indexador	2022	2021
SELIC/CDI	120.353	69.318
Ações	10	10
Total	**120.363**	**69.328**

4.2.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2022 e 2021.

2022

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	**120.363**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**120.363**	**120.363**	**120.363**
Valor justo por meio do resultado	120.363	–	–	–	–	–	120.363	120.363	120.363
Prêmios a receber (a)	**–**	**10.301**	**–**	**–**	**–**	**–**	**10.301**	**–**	**10.301**
Provisões técnicas	**–**	**108.587**	**210**	**1.567**	**2.678**	**826**	**–**	**–**	**113.868**

2021

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	**69.329**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**69.329**	**69.329**	**69.329**
Valor justo por meio do resultado	69.329	–	–	–	–	–	69.329	69.329	69.329
Prêmios a receber (a)	**–**	**1.279**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.279**	**–**	**1.279**
Provisões técnicas	**–**	**47.186**	**387**	**1.357**	**2.350**	**932**	**–**	**–**	**52.212**

(a) Considera o prêmio e a contraprestação a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.3. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1.). **4.3.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2022 16,51% (32,47% em 2021) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2022	2021
Renda fixa pública "risco soberano"	19.873	22.511
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos e outros (a)	100.490	46.817
Total	**120.363**	**69.328**

(a) A linha refere-se, principalmente, a cotas de fundos de investimentos não exclusivos. **4.4. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas base de dados da Companhia. Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo. **4.5. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.5.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.5.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia apura mensalmente suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2022 e 2021, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios.

Descrição	2022	2021
Patrimônio líquido	**110.079**	**67.143**
Deduções		
Créditos tributários	(25.618)	(6.488)
Despesas de comercialização diferida	(5.665)	(2.033)
Intangível	(14.352)	(14.836)
Patrimônio mínimo ajustado	**64.444**	**43.786**
Solvência (a)	**57.067**	**3.365**
Suficiência	**7.377**	**40.421**

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 451/2020.

5. Aplicações: **5.1. Composição das aplicações:**

2022

Descrição	Valor avaliado pela curva	Valor justo por meio do resultado: Valor de mercado/ contábil	Total
Títulos de renda variável	**10**	**10**	**10**
Ações	10	10	10
Cotas de fundos de investimentos	**120.353**	**120.353**	**120.353**
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	120353	120353	120.353
Subtotal	**120.363**	**120.363**	**120.363**
Percentual total - contábil		**100%**	**100%**
Total			**120.363**
Circulante			**120.363**

2021

Descrição	Valor avaliado pela curva	Valor justo por meio do resultado: Valor de mercado/ contábil	Total
Títulos de renda variável	**10**	**10**	**10**
Ações	10	10	10
Cotas de fundos de investimentos	**69.319**	**69.319**	**69.319**
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	69319	69319	69319
Subtotal	**69.329**	**69.329**	**69.329**
Percentual total - contábil		**100%**	**100%**
Total			**69.329**
Circulante			**69.329**

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa. **5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição. **(i) Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **(ii) Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **(iii) Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

2022

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado	10	120.353	120.363
Total	**10**	**120.353**	**120.363**

2021

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado	10	69.319	69.329
Total	**10**	**69.319**	**69.329**

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: **6.1. Contraprestações pecuniárias por vencimento:** As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	5.190	16
A vencer entre 31 e 60 dias	5.132	1.263
Total	**10.322**	**1.279**
Redução ao valor recuperável	**(21)**	**–**
Total a vencer	**10.301**	**1.279**
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	1.753	4.345
Vencidos entre 31 e 60 dias	569	179
Vencidos entre 61 e 180 dias	921	392
Vencidos entre 181 e 365 dias	747	420
Vencidos acima de 365 dias	3.343	2.426
Total	**7.333**	**7.762**
Redução ao valor recuperável	**(5.314)**	**(3.281)**
Total vencidos	**2.019**	**4.481**
Total de prêmios a receber	**17.655**	**9.041**
Total de redução ao valor recuperável (a)	**(5.334)**	**(3.281)**
Total	**12.320**	**5.760**

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

7. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:

Descrição	2022	2021
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/recuperar (nota 7.1)	5.483	4.752
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/sinistros a liquidar e PEONA (nota 7.2)	3.714	1.992
Outros	–	(1.543)
Total	**9.197**	**5.201**
Circulante	**5.481**	**2.794**
Não circulante	**3.716**	**2.407**
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (nota 7.2)	36.728	6.486
(-) Tributos diferidos passivos (nota 7.2)	(3.723)	(714)
Total	**33.005**	**5.772**
Não circulante	**33.005**	**5.772**

7.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Adição	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	761	3.189	(421)	3.529
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	244	990	(85)	1.149
Programa de Integração Social - PIS	6	4	(3)	7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	65	17	(15)	67
Outros	1	3	(4)	-
Total	**1.077**	**4.203**	**(528)**	**4.752**
Circulante				**4.752**

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.529	3.985	(3.123)	4.391
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.149	607	(1.010)	746
Programa de Integração Social - PIS	7	77	(73)	11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	67	581	(335)	313
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	–	147	(128)	19
Outros	–	33	(30)	3
Total	**4.752**	**5.430**	**(4.699)**	**5.483**
Circulante				**5.480**
Não circulante				**3**

7.2. Movimentação de créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	3.555	2.710	(402)	5.863
Redução ao valor recuperável de créditos	(157)	586	(221)	208
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**3.398**	**3.296**	**(623)**	**6.071**
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	1.987	844	(424)	2.407
Total dos créditos tributários	**5.385**	**4.140**	**(1.047)**	**8.478**
Atualizações de depósitos judiciais	–	(714)	–	(714)
Total dos débitos tributários	**–**	**(714)**	**–**	**(714)**

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	5.863	759	–	6.622
Redução ao valor recuperável de créditos	208	1.537	(578)	1.167
Provisões indedutíveis	–	2	–	2
Despesas financeiras e depreciações de arrendamento mercantil	–	3.319	–	3.319
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**6.071**	**5.617**	**(578)**	**11.110**
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	–	25.618	–	25.618
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	2.407	1.450	(143)	3.714
Total dos créditos tributários	**8.478**	**32.685**	**(721)**	**40.442**
Atualizações de depósitos judiciais	(714)	–	–	(714)
Contraprestações de arrendamento mercantil	–	(3.009)	–	(3.009)
Total dos débitos tributários	**(714)**	**(3.009)**	**–**	**(3.723)**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B423-3CC0-64EA-1837.

continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

Em 31/12/2022, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2023	2%	2%
2024	8%	8%
2025	19%	19%
2026	39%	39%
2027	32%	32%
Total	**100%**	**100%**

8. Bens e títulos a receber:

Descrição	2022	2021
Estoques	2.279	1.818
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde	2.148	3.088
Total	**4.427**	**4.906**
Circulante	**4.427**	**4.906**

9. Imobilizado:

	2022			2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.(a)	17.860	(1.939)	15.921	17.862	(1.425)	16.437
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	5.301	(3.914)	1.387	5.116	(3.694)	1.422
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.	19.748	(11.819)	7.929	17.676	(11.697)	5.979
Imobilizado em Curso	1.480	–	1.480	–	–	–
Outras imobilizações	10.232	(111)	10.121	–	–	–
Direito de Uso de Arrendamentos	28.979	(12.410)	16.569	–	–	–
Total	**83.600**	**(30.193)**	**53.407**	**40.654**	**(16.816)**	**23.838**

(a) No exercício de 2021, foi realizado investimentos com a implantação da Unidade São José dos Pinhais-PR (Terreno R$5.000; Edificações R$8.922). Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a degradação de ativos. O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" de acordo com as seguintes taxas de depreciação anuais: edificações 4% a.a.; veículos e equipamentos de TI 20% a.a.; e móveis e utensílios 10% a.a. Não foi identificado pela administração eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil para os itens apresentados no ativo imobilizado ou necessidade de constituição de impairment sobre estes ativos. **10. Arrendamentos:** Conforme o plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022, o ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Direito de uso de arrendamentos" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:

Ativo de direito de uso	Contratos de aluguéis de imóveis	Contratos de aluguéis de equipamentos	Total
Valor contábil de ativos de direito de uso na adoção em 01/01/2022	12.261	–	12.261
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	8.955	2.672	11.627
Encargos de depreciação	(6.456)	(863)	(7.319)
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2022	**14.760**	**1.809**	**16.569**
Não circulante			**16.569**
Passivo de arrendamento			
Valor contábil do passivo de arrendamento na adoçaõ em 01/01/2022	13.013	–	13.013
Adições ou baixas de passivo de arrendamento	8.086	2.672	10.758
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(7.913)	(936)	(8.849)
Despesas de juros	2.396	163	2.559
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2022	**15.582**	**1.899**	**17.481**
Circulante			**7.120**
Não circulante			**10.361**
Resultado			
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentos pela norma (a)	–	2	2

(a) Despesas com prazo inferior a 12 meses possuem isenção da norma para registro no balanço. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticadas no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazos contratos	Taxa % a.a.
2 anos	14,70%
3 anos	10,80%
4 anos	7,30%
5 anos	13,50%
7 anos	6,10%
8 anos	5,80%
10 anos	13,60%

Em 31/12/2022, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2023	7.857
2024	7.690
2025	1.730
2026	648
2027	648
2028 a 2032	1.839
Valores não descontados	**20.411**
Juros embutidos	(2.930)
Saldo em 31/12/2022	**17.481**

11. Intangível: O Intangível é representado conforme tabela a seguir:

	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	Carteira de Clientes	Outros	Total
Custo				
Saldo em 01/01/2021	**3.057**	**–**	**1**	**3.058**
Adição	104	14.400	–	14.504
Baixa	(115)	–	–	(115)
Saldo em 31/12/2021	**3.046**	**14.400**	**1**	**17.447**
Amortização acumulada				
Saldo em 01/01/2021	**(2.000)**	**–**	**–**	**(2.000)**
Amortização	(311)	(300)	–	(611)
Saldo em 31/12/2021	**(2.311)**	**(300)**	**–**	**(2.611)**
Saldo residual em 31/12/2021	**735**	**14.100**	**1**	**14.836**
Vida útil estimada				**5 a 12 anos**

	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	Carteira de Clientes	Outros	Total
Custo				
Saldo em 31/12/2021	**3.046**	**14.400**	**1**	**17.447**
Adição	1.092	–	–	1.092
Saldo em 31/12/2022	**4.138**	**14.400**	**1**	**18.539**
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2021	**(2.311)**	**(300)**	**–**	**(2.611)**
Amortização	(376)	(1.200)	–	(1.576)
Saldo em 31/12/2022	**(2.687)**	**(1.500)**	**–**	**(4.187)**
Saldo residual em 31/12/2022	**1.451**	**12.900**	**1**	**14.352**
Vida útil estimada				**5 a 12 anos**

(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.

12.Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

Descrição	2022	2021
Provisão p/ Remissão	30	38
Provisão p/ Eventos a Liquidar (SUS)	11.490	13.276
Provisão de eventos a Liquidar	44.709	28.635
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	21.263	8.117
Provisão p/ PEONA - SUS	2.397	2.146
Provisão de insuficiência	33.979	–
Total	**113.868**	**52.212**
Circulante	**108.587**	**47.186**
Não circulante	**5.281**	**5.026**

12.1. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2022	2021
Provisões técnicas de seguros	113.868	52.212
(-) Depósitos judiciais	5.263	4.846
(-) Ressarcimento ao SUS (Parcelamento aprovado pela ANS)	167	4.153
Montante a ser garantido	**108.438**	**43.213**
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	120.324	45.021
Total de ativos	**120.324**	**45.021**
Ativos vinculados em excesso	**11.886**	**1.808**

13. Partes relacionadas: **13.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

			Ativo		Passivo	
Descrição	Categoria	Controladora	2022	2021	2022	2021
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	5	–	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (d)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3	–	–	1.023
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	75	–
Rede D'Or São Luiz (a) (f)	Outros	Outros	–	–	2.874	–
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b)	Outros	Outros	8	–	–	–
Total			**16**	**–**	**2.949**	**1.023**

			Receita		Despesa	
Descrição	Categoria	Controladora	2022	2021	2022	2021
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	397	–	(87)	–
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	–	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	531	–	–	–
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.(c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(1.101)	–
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b) (e)	Outros	Outros	82	–	–	(551)
Total			**1.012**	**–**	**(1.188)**	**(551)**

(a) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo; (c) Valores referente à prestação de serviços; (d) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (e) Valor referente a honorários da diretoria e demais verbas vinculadas; e (f) Saldos pendentes em 31/12/2022 considerando que a companhia passou a ser parte relacionada após a combinação de negócios entre Rede D'Or e SASA (vide nota 1.2). As transações anteriores à combinação, não foram inseridas nesta nota, por não se tratarem de uma transação com parte relacionada. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não efetuou pagamento de dividendos para a SULAMED. **13.2. Remuneração da Administração:** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Total
Contas a pagar		
2022	–	**–**
2021	–	**–**
Despesas		
2022	(1.130)	**(1.130)**
2021	(551)	**(551)**

14. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2022 e 2021, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

14.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2022	2021
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	13.589	12.098
Ações cíveis	5.389	5.155
Total	**18.978**	**17.253**
Não circulante	**18.978**	**17.253**

14.2. Provisões para ações judiciais:

Descrição	2022	2021
Tributárias	1.348	1.264
Cíveis	790	1.173
Trabalhistas	15.945	14.726
Multas ANS	188	90
Ressarcimento ao SUS	205	–
Total	**18.476**	**17.253**
Não Circulante	**18.476**	**17.253**

14.3. Contingências:

Descrição	2022	2021
Fiscais	2.591	2.363
Cíveis	260	394
Trabalhistas	789	1.353
Total	**3.640**	**4.110**

15. Empréstimos e financiamentos: Em 31/12/2022, a Companhia não possui saldo de Empréstimos e financiamentos a pagar (R$2.525 em 2021), em função da reclassificação do saldo para a rubrica "Débitos diversos" devido a adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 01/01/2022. **16. Débitos diversos:**

		2021
Descrição	2022	Reclassificado
Salários a pagar	1.490	1.325
Provisões de férias	2.053	2.230
Multas administrativas	55	125
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	1.021
Arrendamento (nota 10)	17.481	–
Outros débitos a pagar	1.210	1.283
Total	**22.289**	**5.984**
Circulante	**11.497**	**5.758**
Não circulante	**10.792**	**226**

17. Patrimônio líquido: **17.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2022 é de R$147.327 (R$51.306 em 2021), representado por 38.259.479 ações ordinárias (13.093.356 em 2021), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Os aumentos de capital ocorreram através de aportes de Capital nos montantes de R$1.706 e R$14.400, aprovados, respectivamente, em 12/04/2021 e 29/06/2021, com emissão de novas ações. Em 30/03/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R$15.000, com a emissão de 3.343.258 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$4,49 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2022, sendo a totalidade das ações emitidas e subscritas pela acionista SULAMED. Em 29/04/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$15.000, com a emissão de 3.532.662 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$4,25 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/03/2022, sendo a totalidade das ações emitidas e subscritas pela acionista SULAMED. Em 26/05/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R$1.021, com a emissão de 258.859 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$3,94 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/04/2022, sendo a totalidade das ações emitidas e subscritas pela acionista SULAMED, parte mediante a utilização do montante total que receberia da Companhia a título de dividendo obrigatório, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2022 e parte em moeda corrente nacional. Em 26/05/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$30.000, com a emissão de 7.605.419 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$3,95 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/04/2022, sendo a totalidade das ações emitidas e subscritas pela acionista SULAMED. Em 26/08/2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R$35.000, com a emissão de 10.425.925 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$3,36 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/07/2022, sendo a totalidade das ações emitidas e subscritas pela acionista SULAMED. **17.2. Reserva de capital:** Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de sociedades nas quais a Companhia ou suas controladas já detém o controle. **17.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **17.4. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. **17.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **17.6. Política de distribuição de dividendos: Dividendos mínimos obrigatórios:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

17.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2021
Lucro antes dos impostos e participações	**3.931**
(-) Impostos e contribuições	368
Lucro líquido do exercício (a)	**4.299**
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(215)
Lucro líquido ajustado (a)	**4.084**
Dividendos obrigatórios:	
25% do lucro líquido ajustado	**1.021**
Saldo dos dividendos obrigatórios	**1.021**
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	**3.063**

(a) Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

18. Detalhamento das contas de resultado: **18.1. Eventos conhecidos ou avisados:**

					2021
	Antes da lei (a)		Após a Lei (a)		
Descrição	Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Rede contratada	Total
Consultas	(689)	(275)	(27.678)	(38.130)	(66.772)
Exames	(472)	(181)	(18.925)	(19.669)	(39.247)
Terapias	–	(21)	–	(3.318)	(3.339)
Internações	(140)	(952)	(5.604)	(48.673)	(55.369)
Demais despesas	–	–	–	(84)	(84)
Outros atendimentos	(87)	(139)	(3.466)	(14.103)	(17.794)
Subtotal	**(1.388)**	**(1.567)**	**(55.672)**	**(123.977)**	**(182.604)**
SUS					**(637)**
Total (b)					**(183.241)**

					2022
	Antes da lei (a)		Após a Lei (a)		
Descrição	Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Rede contratada	Total
Consultas	(840)	(406)	(32.084)	77.763)	111.093)
Exames	(575)	(267)	(21.937)	(40.251)	(63.030)
Terapias	–	(31)	–	(6.823)	(6.853)
Internações	(171)	(1.405)	(6.496)	(99.816)	(107.889)
Demais despesas	–	–	–	(170)	(170)
Outros atendimentos	(106)	(205)	(4.017)	(29.028)	(33.356)
Subtotal	**(1.692)**	**(2.313)**	**(64.534)**	**(253.851)**	**(322.390)**
SUS					**(3.545)**
Total (b)					**(325.935)**

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998; e (b) A variação refere-se, principalmente, a aquisição da carteira de Ponta Grossa que foi realizada no 4º trimestre/2021. **18.2. Outras despesas operacionais:** Em 31/12/2022, as "Outras despesas operacionais", no montante de R$7.736 (R$5.073 em 2021), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R$5.421 (R$2.306 em 2021) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R$2.315 (R$2.768 em 2021), compostos da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Despesas com operações de seguros	(2.165)	(2.772)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(333)	(23)
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(2.377)	(836)
Despesas com cobrança de seguros	(434)	(214)
Outros	(2.427)	(1.228)
Total	**(7.736)**	**(5.073)**

18.3. Despesas de comercialização:

Descrição	2022	2021
Comissões sobre prêmio emitido:		
Sobre prêmios	(5.366)	(2.041)
Sobre agenciamento	(13.818)	(4.230)
Variação de despesas de comercializações diferidas	3.632	1.970
Pessoal Próprio	(450)	–
Total	**(16.002)**	**(4.301)**

18.4. Despesas administrativas:

Descrição	2022	2021
Pessoal próprio	(13.141)	(12.539)
Serviços de terceiros	(6.071)	(3.731)
Localização e funcionamento	(5.592)	(5.435)
Publicidade e propaganda	(2.598)	(989)
Despesas com tributos	(798)	(2.030)
Outras	(1.351)	(1.138)
Total	**(29.551)**	**(25.862)**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B423-3CC0-64EA-1837.

continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2022	2021
Remunerações	(7.901)	(7.584)
Encargos sociais	(2.830)	(2.496)
Indenizações e rescisões	(113)	(268)
Vale alimentação, refeição e transporte	(1.097)	(1.009)
Seguro de vida, saúde e odontológico	–	4
Outros benefícios	(70)	(267)
Total	**(12.011)**	**(11.620)**

18.5. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	**13.690**	**4.296**
Valor justo por meio do resultado	13.690	4.296
Operações de seguros	**(44)**	**(20)**
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	**51**	**(434)**
Outros	**(1.787)**	**103**
Total	**11.910**	**3.945**

Receitas financeiras:

Descrição	2022	2021
Valorização de cotas de fundos de investimentos	2.951	–
Títulos de renda fixa - privados	10.777	4.296
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	1.545	595
Outras	748	350
Total	**16.021**	**5.241**

Despesas financeiras:

Descrição	2022	2021
Operações de seguro	(44)	(20)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(39)	-
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.494)	(1.028)
Outras	(2.534)	(248)
Total	**(4.111)**	**(1.296)**

18.6. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para o valor registrado nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

	2022		2021	
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	**(80.316)**	**(80.316)**	**3.931**	**3.931**
Receitas/ (Despesas) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	20.079	7.229	(983)	(354)
Alíquota nominal	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(252)	(90)	(474)	(171)
Despesas indedutíveis	(48)	(17)	(35)	(13)
Provisão para redução ao valor recuperável	(705)	(254)	–	–
Provisões não dedutíveis	(5)	(2)	–	–
Outras	(228)	(83)	(14)	(13)
Subtotal	**(1.238)**	**(446)**	**(523)**	**(197)**
Exclusões:				
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	–	–	34	12
Subtotal	**–**	**–**	**34**	**12**
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(18.841)	(6.783)	–	–
Compensações	–	–	–	–
Subtotal	**(18.841)**	**(6.783)**	**–**	**–**
Redução de incentivos fiscais	**–**	**–**	**4**	**–**
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	**–**	**–**	**(1.468)**	**(539)**
Diferidos:				
Constituição - crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	18.837	6.781	–	–
Constituição - crédito tributário sobre diferenças temporárias	3.397	1.225	2.860	230
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(2.212)	(796)	(189)	(526)
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	**20.022**	**7.210**	**2.671**	**(296)**
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social	**20.022**	**7.210**	**1.203**	**(835)**
Alíquota efetiva	**24,93%**	**8,98%**	**-30,60%**	**21,24%**
Alíquota efetiva combinada		**33,91%**		**-9,36%**

19. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

	2022
Resultado líquido do exercício	**(53.085)**
Mais	
Depreciações e amortizações	10.535
Juros de arrendamento mercantil	2.559
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	75
Outros	2.450
Atividades operacionais	
Variação de aplicações	(51.034)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(7.715)
Variação dos créd. de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(16)
Variação de bens e títulos a receber	479
Variação de créditos tributários e previdenciários	(3.996)
Variação de ativo fiscal diferido	(27.233)
Variação de depósitos judiciais e fiscais	(1.725)
Variação de despesas de comercialização diferidas	(3.632)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	2.923
Variação de tributos e contribuições a recolher	207
Variação de provisões	1.148
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	61.656
Variação de débitos diversos	(12.584)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(78.988)**

20. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 17.1, a Companhia aumentou seu capital social com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização de dividendos mínimos obrigatórios a pagar no montante de R$1.021.

Diretoria: Diretora Presidente: Raquel Reis Correa. **Diretores(a) Vice-Presidentes:** Igohr Schultz; Juliana Cruz Caligiuri; e Reinaldo Amorim Lopes. **Diretores(as):** Carlos Roberto Mortean; Fernanda Ramos Dantas; Gustavo Kohn Giometti; Heitor Augusto Pereira Barbosa; Juliano Kiguchi Tomazela; Luciano Macedo de Lima; Otávio de Garcia Lazcano; Raquel Dourado Imbassahy Conrad; Simone Cesena Duarte; Solange Zaquem Thompson Mottan; e Tereza Villas Boas Veloso.
Contadora: Flavia Vieira Pereira - CRC RJ-094933/O-3.
Atuária: Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.
Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O

EY Building a better working world

PUBLICIDADE LEGAL

As publicações foram realizadas e certificadas na data do cabeçalho da página

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal **BEMPARANÁ** com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.

https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B423-3CC0-64EA-1837.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B423-3CC0-64EA-1837 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B423-3CC0-64EA-1837

Hash do Documento

5D32824AFA788DB1F31E4ED31572A93EC8029D133BB29B60191C2BDDCAF0A064

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 31/03/2023 00:26 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70